

A reforma do Estado: capital global e Estado nacional*

JOHN HOLLOWAY*

QUAL ESTADO?

Falar sobre a crise do Estado de *bem-estar* ou da reforma do Estado num cenário internacional provoca imediatamente a pergunta: *qual Estado? onde? de qual país?* Para alguém que viveu a maior parte da sua vida na Europa, há um problema adicional: quão relevantes são as idéias desenvolvidas na Europa sobre o Estado para pessoas que têm como ponto de referência o Estado paraguaio, boliviano ou argentino? A resposta somente pode ser encontrada no conceito de fragmentação de um mundo unido. Este artigo tenta desenvolver esse ponto.

O ESTADO

O próprio conceito de *reforma do Estado* — ou da *crise do Estado de bem-estar* — assinala o fato de que estamos identificando algo em comum no desenvolvimento dos diferentes Estados e, portanto, proclamando que uma análise orientada para um Estado em particular é insuficiente. Os Estados parecem ser entidades separadas bem-definidas, e no entanto falamos da reforma do *Estado* ou da crise do *Estado* como se houvesse um só, assumindo algum tipo de unidade entre aquilo que parece estar separado. Como entender a relação entre o desenvolvimento de diferentes Estados como uma unidade do que está separado, como a unidade-em-separação/separação-em-unidade do *Estado* e a multiplicidade de diferentes Estados?

Na tradição das ciências políticas, o Estado é considerado em grande medida como uma categoria básica e inquestionável. Na grande maioria dos trabalhos dessa disciplina toma-se um Estado particular como seu marco referencial quase exclusivo, analisando-se desenvolvimentos políticos como se esses pudessem ser entendidos puramente em termos nacionais. Esse é o caso, particular-

mente nos Estados Unidos e na Europa, onde os teóricos ainda mantêm o mito da auto-suficiência nacional. Por exemplo, tem sido comum tanto na esquerda como na direita analisar o *thatcherismo* ou o *reaganismo* como um fenômeno puramente nacional, ao invés de entendê-los enquanto uma mudança global na relação Estado e capital. Na América Latina as pessoas têm sido muito mais conscientes do contexto mundial dentro do qual estão sendo realizadas as atuais mudanças, mas a inquestionável categoria do *Estado* continua restringindo e definindo a discussão.

Se o Estado é tomado como o ponto de partida, então o mundo — se é que este aparece — revela-se como a soma dos Estados-nações. Tendências ou desenvolvimentos que ultrapassam as fronteiras do Estado são discutidos em termos seja de relações interestatais — como na tradição da matéria *Relações Internacionais* — ou como de analogia — como na matéria *Política Comparada*. Ambas as matérias começam não a partir de um conceito de unidade dos Estados-nações, mas a partir da sua separação: tendências comuns podem ser entendidas somente como parte de uma rede interestatal de relações de poder exercidas, seja diretamente entre Estados, seja através de instituições tais como o FMI – Fundo Monetário Internacional, ou em termos de semelhanças entre Estados e idéias, instituições políticas ou estruturas sociais — como na teoria regulacionista que na atualidade exerce tanta influência com seus conceitos de fordismo e pós-fordismo, conceitos que são ambos analisados no contexto de um quadro nacional.

É certo que as pressões interestatais, as pressões por parte dos organismos internacionais e a moda constitucional e teórica desempenham um papel importante na configuração do desenvolvimento do Estado, mas são insuficientes para explicar a profundidade e o alcance global das mudanças que estão se dando atualmente. Explicar essas mudanças em termos da pressão exercida pelo FMI, por exemplo, remete simplesmente a uma pergunta de outro nível: o que há por trás da orientação política e da influência do FMI? Da mesma forma, explicar as mudanças em termos da influência das idéias neoliberais leva à pergunta: por que somente na atualidade o pensamento neoliberal ganhou tanta influência em diversos países? As

* Este artigo é resultado do curso "A crise do Estado de bem-estar", no Mestrado em Ciências Sociais da Flacso-México e publicado na revista *Perfiles Latinoamericanos* n. 1, México, Flacso, 1992. Tradução de Adolfo Ignacio Calderón; revisão técnica de Vanderlei Sousa Carvalho.

** Professor-pesquisador da Flacso – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, sede acadêmica do México.

análises comparativas que focalizam a ocorrência de mudanças socioeconômicas semelhantes nos diferentes países, como na análise regulacionista do fordismo, são mais profundas, mas as analogias, ainda que sugestivas, são muitas vezes superficiais (Clarke, 1988/1991). Parece que, para se chegar a uma compreensão mais adequada das mudanças atuais da organização do Estado, necessitamos ir além da categoria do *Estado*, ou, melhor dizendo, necessitamos ir além do separado nos diferentes Estados para encontrar a forma de discutir sua unidade.

Nesse contexto, a teoria da dependência apresenta-se como alternativa atrativa, na medida em que enfatiza o caráter unitário do mundo. Insiste na importância de se entender as ações dos Estados particulares no contexto da relação bipolar entre o centro e a periferia. Nessa relação, a periferia está submetida à exploração pelo centro. Aqui encontramos um conceito da unidade dos Estados separados, na medida em que todos são elementos de um mundo bipolar. Contudo, enquanto *o centro e a periferia* são entendidos como *Estados centrais e Estados periféricos*, a análise ainda fica dentro de um marco de referência estatal. Nesse sentido, a teoria da dependência está estreitamente relacionada com a tradição das *relações internacionais*: embora se destaque a primazia do sistema mundial sobre os Estados particulares, o sistema mundial é concebido como sistema estatal internacional, com os Estados centrais como atores dominantes, e a única saída da dependência seria através das ações dos Estados periféricos (para uma crítica semelhante, ver Sabat, 1992). Como na tradição ortodoxa das ciências políticas, o Estado define uma distinção entre o interno e o externo: a única diferença é que a teoria da dependência enfatiza os determinantes externos da ação estatal — no caso dos Estados dependentes. Dessa perspectiva, processos tais como as reformas do Estado realizadas nos países periféricos são entendidos somente em termos das forças externas que surgem na relação centro-periferia, mas não existe nenhum conceito que nos permite entender a dinâmica dessa relação.

O ESTADO COMO FORMA DE RELAÇÕES SOCIAIS

Cada Estado proclama sua própria separação dos demais, ou seja, sua soberania nacional. Para entender o que nos permite falar de crise ou da *reforma do Estado* como se houvesse somente um Estado, temos que suavizar essa separação, precisamos dissolver o Estado enquanto categoria. Isso significa entendê-lo não como uma coisa em si, mas como uma forma social, uma forma das rela-

ções sociais. Da mesma forma como na física chegamos a aceitar que, apesar das aparências, não existem separações absolutas, que a energia pode se transformar em massa e a massa em energia, também na sociedade não existem separações absolutas, não existem categorias rígidas. Pensar cientificamente é dissolver as categorias do pensamento, entender os fenômenos sociais exatamente enquanto tais, ou seja, como formas de relações sociais. As relações sociais, as relações entre pessoas são fluidas, imprevisíveis, instáveis, muitas vezes apaixonadas, mas tornam-se rígidas em certas formas que parecem adquirir sua própria autonomia, sua própria dinâmica e que são cruciais para a estabilidade da sociedade. As várias disciplinas acadêmicas tomam essas formas — Estado, dinheiro, família, etc. — como seu ponto de partida e contribuem dessa maneira para sua aparência de solidez e, portanto, para a estabilidade da sociedade capitalista. Pensar cientificamente é criticar as disciplinas, dissolver as formas, entendê-las enquanto tais; atuar livremente é destruir formas.

Na tradição das ciências
políticas, o Estado é
considerado em grande medida
como uma categoria básica e
inquestionável. Na grande
maioria dos trabalhos dessa
disciplina toma-se um Estado
particular como seu marco
referencial quase exclusivo,
analisando-se
desenvolvimentos políticos
como se esses pudessem ser
entendidos puramente em
termos nacionais.

O Estado é pois uma forma enrijecida — ou *fetichizada*, para usar o termo de Marx — de relações sociais. É uma relação entre pessoas que não parece ser uma relação entre pessoas, é uma relação social que existe na forma de algo externo às relações sociais. Esse é o ponto de partida para entender a unidade entre os Estados: todos são formas enrijecidas e aparentemente autônomas de relações sociais.

Mas por que se enrijecem as relações sociais dessa maneira? E como isso nos ajuda a entender o desenvolvimento do Estado? Essa foi a pergunta que se colocou o chamado *debate sobre a derivação do Estado*, uma discussão um tanto peculiar, mas muito importante, que se estendeu da Alemanha Ocidental a outros países durante os anos 70.¹ O debate se deu numa linguagem muito abstrata e, na maioria dos casos, sem explicitar as implicações teóricas e políticas do argumento. A obscuridade da linguagem e o fato de que os participantes muitas vezes não desenvolveram — ou não estavam conscientes — as implicações do debate, deixaram a discussão aberta a mal-entendidos. Portanto, o enfoque foi criticado como uma teoria *econômica* do Estado, ou como um enfoque que se baseia na lógica do capital, procurando compreender o desenvolvimento político como expressão funcional da lógica do capital. Se essas críticas podem ser feitas a algumas das contribuições, a importância da discussão em geral é que precisamente criou uma base para romper com o determinismo econômico e o funcionalismo que caracterizaram tantas discussões da relação entre o Estado e a sociedade capitalista, bem como para discutir o Estado como elemento, ou, melhor dizendo, como momento da totalidade das relações sociais do capitalismo.

A análise do Estado como *forma* particular das relações sociais é a ruptura crucial com o determinismo econômico que se encontra implicitamente no modelo base e superestrutura e suas variantes estruturalistas. No modelo base e superestrutura, a base econômica determina — certamente, em última instância —, o que *faz* o Estado, isto é, suas funções. Enfocar assim essas funções implica dar por aceita a existência do Estado: no modelo base e superestrutura não resta nenhum espaço para questionar a forma do Estado. Isto é, não há espaço para perguntar primeiro por que as relações sociais se enrijecem na forma aparentemente autônoma do Estado. Questionar a forma do Estado é colocar a questão da sua especificidade histórica: sua existência como algo separado da sociedade é uma peculiaridade da sociedade capitalista, como também a existência do *econômico* como algo distinto das relações de classe abertamente coercitivas (Gerstenberger, 1990). Então, a pergunta não é como o econômico determina a superestrutura política, mas o que é peculiar nas relações sociais do capitalismo que dá origem à enrijecização — ou particularização das relações sociais na forma do Estado.² O corolário dessa pergunta é que dá origem à constituição do econômico e do político como momentos distintos das próprias relações sociais. Certamente, a resposta é que existe algo distintivo no antagonismo social no qual o capitalismo, como qualquer

sociedade de classe, está baseado. Sob o capitalismo, o antagonismo social — a relação entre as classes — se baseia numa forma de exploração que se realiza não abertamente, mas através da compra e venda livre da força de trabalho como mercadoria no mercado. Essa forma de relação entre as classes pressupõe uma separação entre o processo imediato de exploração, que se sustenta na liberdade do trabalho, e o processo de manter a ordem numa sociedade exploradora, o que implica a possibilidade da coerção (Hirsh, 1974/1978).

Entender o Estado como forma de relações sociais implica, obviamente, que seu desenvolvimento somente pode ser entendido como momento do desenvolvimento da totalidade das relações sociais, ou seja, como parte do desenvolvimento antagonico e sujeito à crise da sociedade capitalista. Como uma forma de relações sociais capitalistas, sua existência depende da reprodução de tais relações. Portanto, não é simplesmente um Estado numa sociedade capitalista, senão um Estado capitalista, uma vez que sua sobrevivência enquanto tal está relacionada com a sua capacidade de promover a reprodução das relações capitalistas em seu conjunto. O fato de que o Estado exista como forma particular ou enrijecida de relações sociais tem como consequência, ao mesmo tempo, que a relação entre o Estado e a reprodução do capitalismo seja uma relação complexa: não se pode assumir, como fazem os funcionalistas, que tudo o que o Estado faz é necessariamente no interesse do capital, nem que o Estado possa sempre realizar o que é necessário para assegurar a reprodução da sociedade capitalista. A relação entre o Estado e a reprodução das relações sociais do capitalismo é uma relação de prova e erro.

Falar do Estado como forma enrijecida das relações sociais é falar da sua separação e ao mesmo tempo da sua unidade com a sociedade. A separação ou enrijecimento — ou fetichização — é um processo que se repete todo o tempo.³ A existência do Estado implica um processo constante de separar certos aspectos das relações sociais e de defini-los como *políticos* e, portanto, como distintos do *econômico*. Assim, o antagonismo sobre o qual a sociedade se baseia está fragmentado: as lutas sociais são canalizadas em formas políticas e econômicas, nenhuma das quais deixa espaço para se colocarem perguntas sobre a estrutura da sociedade em seu conjunto. A Venezuela é, neste momento, um exemplo óbvio onde a estabilidade da sociedade atual depende da capacidade de se canalizar o descontentamento social dentro dos procedimentos estabelecidos do sistema político, sua capacidade de impor certas definições numa rejeição mal

definida da ordem existente. Esse processo de impor certas definições nas lutas sociais é ao mesmo tempo, por parte do Estado, um processo de definir-se a si próprio. Como forma enrijecida de relações sociais, o Estado é ao mesmo tempo um processo de enrijecer as relações sociais, e é através desse processo que o Estado é constantemente reconstituído como uma instância separada da sociedade (Holloway, 1980, 1990).

OS ESTADOS NACIONAIS ENQUANTO FORMAS DA TOTALIDADE GLOBAL DAS RELAÇÕES SOCIAIS

O Estado, portanto, está duplamente dissolvido: não é uma estrutura, mas uma forma de relações sociais; não é uma forma de relações sociais totalmente fetichizada, mas um processo de formar — ou fetichizar — as relações sociais e, conseqüentemente, um processo constante de autoconstituição. Porém, a discussão permanece no nível do Estado: ainda não se disse nada acerca de que o Estado não é senão uma multiplicidade. Como já foi apontado (Barker, 1978/1991; Von Braunmühl, 1974, 1978), o debate “trata o Estado como se existisse somente no singular. O capitalismo, no entanto, é um sistema mundial de Estados e a forma que o Estado capitalista assume é a forma de Estado-nação” (Barker, 1978/1991, 204).

Em certo nível, essa crítica se baseia num mal-entendido, porque o debate sobre a derivação do Estado não é ofuscado com o entendimento de um Estado em particular, mas sim com o entendimento da estaticidade, ou, melhor dito, do político. A derivação do *político* a partir da natureza das relações sociais foi discutida com a abstração do fato de que o Estado existe unicamente na forma de uma multiplicidade de Estados. No contexto de analisar a relação geral entre o Estado e a sociedade, era *conveniente*, como aponta Piccioto, “assumir uma correlação entre a sociedade e as suas classes e o Estado nessa sociedade”.⁴ No entanto, conveniente ou não, esse ponto nunca se tornou claro no debate, e o resultado foi uma confusão séria entre o *Estado* no sentido do *político* — daqui em diante, simplesmente *o político* — e o Estado no sentido do Estado mexicano, argentino ou alemão — daqui em diante *o Estado nacional*.⁵ Essa confusão levou a um empobrecimento do conceito de *o político*, e contribuiu também para as dificuldades que surgiram quando se procurava desenvolver um enfoque que ultrapassasse o argumento teórico geral.

Quais as implicações de fazer essa distinção entre o político e o Estado nacional? O político, como já vimos, é um momento da totalidade das relações sociais capitalistas. Uma vez que o Estado deixa de definir o marco de referência da análise, fica claro que *a totalidade das relações sociais* somente pode ser entendida como totalidade global. O caráter global da sociedade não é resultado da recente *internacionalização* do capital — um conceito que implica um movimento que parte de uma sociedade nacional lógica historicamente anterior, mas é inerente à natureza do capitalismo desde o princípio (ver Von Braunmühl, 1978; Clarke, 1991; Piccioto, 1985/1991). As relações entre operários e empresários, entre produtores e consumidores, entre financistas e industriais, todas transcendem as fronteiras nacionais. O capital é inerentemente uma relação global.

O Estado é pois uma forma enrijecida — ou *fetichizada*, para usar o termo de Marx — de relações sociais. É uma relação entre pessoas que não parece ser uma relação entre pessoas, é uma relação social que existe na forma de algo externo às relações sociais. Esse é o ponto de partida para entender a unidade entre os Estados: todos são formas enrijecidas e aparentemente autônomas de relações sociais.

Nesse sentido, o político é um momento de uma relação global, não se expressa na existência de um Estado mundial e sim na existência de uma multiplicidade de Estados nacionais aparentemente autônomos. O político está fragmentado. Essa fragmentação é fundamental para se entender o político, é um elemento crucial que se perde se se assume uma correlação espacial entre Estado e sociedade. O mundo não é uma agregação de Estados nacionais, capitalismo nacional ou sociedades nacionais; ao contrário, o mundo está decomposto pela existência fragmentada do político em múltiplas unidades aparentemente autônomas.

A distinção entre o político e o Estado nacional, portanto, dá uma nova dimensão ao conceito de Estado como processo de fetichizar ou enrijecer as relações sociais. A fragmentação ou decomposição da sociedade mundial em Estados nacionais não é algo que está acabado uma vez que se definam as fronteiras nacionais. Ao contrário, todos os Estados nacionais participam de um processo constantemente repetido de fragmentação das relações sociais mundiais: através das proclamações da soberania nacional, exortações à *nação*, cerimônias à bandeira, hinos nacionais, discriminação administrativa contra os estrangeiros, a guerra. Quanto mais débil é a base social dessa fragmentação nacional da sociedade — como por exemplo na América Latina —, tanto mais óbvias são suas formas de expressão. Essa decomposição das relações sociais globais é um elemento crucial na fragmentação da oposição à dominação capitalista, na decomposição do trabalho como classe.

O Estado nacional é então uma forma de fragmentar a sociedade mundial. Portanto, há uma não-coincidência territorial básica entre o Estado e a sociedade com a qual se relaciona. A *conveniente* suposição (que Piccioto menciona) de uma correlação entre Estado e sociedade é simplesmente falsa. Cada Estado nacional é um momento da sociedade global, uma fragmentação territorial de uma sociedade que se estende por todo o mundo. Nenhum Estado nacional, seja rico ou pobre, pode ser entendido na abstração da sua existência enquanto momento da relação mundial do capital. A distinção que se faz constantemente entre os Estados *dependentes* e os *não-dependentes* cai por terra. Todos os Estados nacionais se definem, histórica e constantemente, através da sua relação com a totalidade das relações sociais capitalistas. Por exemplo, não se pode manter a distinção, que Evers sugere na sua adaptação do debate derivacionista para a *periferia* capitalista, entre os Estados *centrais*, nos quais existe uma “identidade social da esfera *econômica* e política”, e os Estados *periféricos*, nos quais não existe tal identidade (Evers, 1979, 77-79). Apesar da orientação nacional da maioria de teóricos nos países mais *ricos*, a existência do Estado nacional como monumento da relação global do capital é tão crucial para a compreensão do *thatcherismo* na Grã-Bretanha, por exemplo, como o é para a compreensão do auge do neoliberalismo em qualquer país *periférico* (como demonstra Bonefeld, 1990).

Isso não quer dizer que a relação entre o capital global e os Estados nacionais seja idêntica. Ao contrário, embora todos os Estados nacionais sejam constituídos como momentos da relação global, são momentos distin-

tos e não-idênticos dessa relação. A fragmentação do mundo em sociedades nacionais implica que cada Estado tenha uma definição territorial específica e, por conseguinte, uma relação específica com as pessoas dentro de seu território. No interior de certos Estados — pouco frequentes, como os casos de África do Sul e Kuwait —, alguns setores sociais são definidos como *cidadãos* e os demais como *estrangeiros*. A definição territorial implica que cada Estado nacional tenha uma relação diferente com a totalidade das relações capitalistas. Dessa diferença resulta o significado dos estudos nacionais, como aqueles que se encontram neste número de *Perfiles Latinoamericanos*.

A definição territorial implica que cada Estado seja imóvel de uma maneira que contraste claramente com a mobilidade do capital. Enquanto o Estado nacional pode mudar suas fronteiras com dificuldade, o capital pode-se mover de um lado do mundo para outro em questão de segundos. Enquanto os Estados nacionais são sólidos, o capital é essencialmente líquido, fluindo para qualquer lugar do mundo para obter maior lucro. Obviamente existem obstáculos para esse fluxo, limites para essa mobilidade. A reprodução do capital em seu conjunto depende, de maneira crucial, de sua transitória imobilização na forma de capital produtivo, o que implica sua incorporação em máquinas, força de trabalho, terra, prédios, mercadorias. Existem também outros obstáculos que impedem o livre fluxo do capital, tais como regulações estatais ou a existência de monopólios, no entanto, na sua forma mais geral e abstrata, isto é, dinheiro, o capital é global, líquido e rápido. O dinheiro não conhece sentimentos pessoais e nacionais.

A relação entre um Estado nacional e capital é uma relação de um Estado nacionalmente fixo com um capital globalmente móvel. É nesses termos que se deve conceituar tanto a relação entre o Estado nacional e o mundo como a relação entre os Estados nacionais. É importante ressaltar esse ponto porque tem sido muito comum — especialmente por parte da esquerda — discutir a relação entre o Estado e o capital como se o capital fosse imóvel, como se estivesse ligado a certas atividades, lugares ou pessoas. Isso deu lugar a análises do desenvolvimento político em termos de *frações* capitalistas — capital têxtil contra capital farmacêutico, por exemplo, ou capital bancário contra capital industrial —, como se o capital estivesse atado de alguma forma a uma atividade específica,⁶ ou a discussões do Estado em termos de algum tipo de fusão, unidade ou engrenagem entre o Estado e o *capital nacional*, tal como se o capital se ligasse a uma parte específica do mundo. O vínculo entre o Estado e o capital

é demonstrado em termos de vínculos familiares, laços pessoais, a existência de complexos militares-industriais, etc. Esses vínculos são analisados teoricamente de diversas formas como uma prova do caráter capitalista do Estado (como em Miliband, 1969); ou em termos de uma fusão entre Estado e monopólios (como nas teorias do capitalismo monopolista de Estado); ou como na formação de Estados-capitais competitivos (nas teorias do capitalismo de Estado, como em Barker, 1978/1991)⁷; ou nas teorias clássicas do imperialismo. Todos esses enfoques tratam o capital como se ele pudesse ser entendido em termos de sua aderência pessoal, institucional ou territorial, ao invés de ver essas aderências como momentos transitórios, paradas no fluxo incessante do capital. Claro que existem vínculos pessoais, institucionais e políticos entre grupos de capitalistas e Estados nacionais, mas *grupos de capitalistas* não são o mesmo que o capital e muitas vezes os Estados nacionais se vêem obrigados a romper os laços com seus amigos capitalistas e atuar contra eles para garantir a reprodução do capital em seu conjunto (ver Hirsch, 1974/1978). A imobilidade relativa do Estado nacional e a mobilidade extremamente alta do capital tornaram impossível estabelecer uma relação simples entre um Estado nacional e uma parte específica do capital mundial (Murray, 1971; Piccioto, 1985/1991).

A concorrência entre Estados e as posições mutantes dos Estados nacionais em relação ao capital mundial não podem ser entendidas de maneira adequada em termos de uma concorrência entre *capitais nacionais*. O ponto de partida na discussão tem que ser não a imobilidade do capital, mas sua mobilidade. Na medida em que a existência de qualquer Estado nacional depende não somente da reprodução do capitalismo mundial, mas também da reprodução do capitalismo dentro de suas fronteiras, o Estado tem que tentar atrair e, uma vez atraído, imobilizar o capital dentro de seu território.⁸ A luta competitiva entre os Estados nacionais não é uma luta entre capitais nacionais, mas uma luta entre os Estados para atrair e/ou reter uma parte do capital mundial e, portanto, uma parte do mais-valor global. Para conseguir isso, o Estado nacional tem que procurar assegurar condições favoráveis para a reprodução do capital dentro de suas fronteiras, provendo a infra-estrutura, a ordem pública, a educação e a regulação da força de trabalho, etc. Além disso, tem que dar apoio internacional — através da política comercial, política monetária, intervenção militar, etc. — ao capital operando dentro das suas fronteiras, geralmente fazendo caso omissivo da nacionalidade dos proprietários legais desse capital.

Nessa luta competitiva se estabelecem posições de hegemonia e de subordinação, mas uma posição hegemônica não exime os Estados da competição global para atrair e reter o capital. As posições relativas de hegemonia e de subordinação se baseiam em última instância na existência de condições mais ou menos favoráveis para a acumulação do capital nos territórios dos diferentes Estados: daí vem a decadência da Grã-Bretanha como poder hegemônico e a instabilidade atual da posição internacional dos Estados Unidos. Por sua vez, as condições para a acumulação do capital dependem das condições para a exploração do trabalho pelo capital, mas não existe nenhuma relação territorial direta. O capital pode acumular no território de um Estado nacional como resultado da exploração do trabalho em outro território nacional — como no caso das situações coloniais ou neocoloniais, mas, também, nos casos onde um Estado, através de um regime tributário favorável ou de outros incentivos, logra fazer-se atrativo como lugar para a acumulação do capital — as Ilhas Cayman e Liechtenstein são exemplos óbvios.

Assim, os Estados nacionais competem para atrair a seu território uma porção do mais-valor produzido globalmente. O antagonismo entre eles não é expressão da exploração dos Estados *periféricos* pelos Estados centrais — como sugerem os teóricos da dependência — mas expressa a competição — sumamente desigual — entre os Estados para atrair para seus territórios — ou reter dentro deles — uma porção do mais-valor global. Por essa razão, todos os Estados têm interesse na exploração global do trabalho. Como argumentam os teóricos da dependência, é verdade que os Estados nacionais podem ser entendidos somente no contexto da sua existência dentro de um mundo bipolar caracterizado pela exploração, mas a exploração não é a exploração dos países pobres pelos países ricos, senão a exploração do trabalho global pelo capital global, e a bipolaridade não é uma bipolaridade entre centro e periferia, mas uma bipolaridade de classe, uma bipolaridade na qual *todos* os Estados, em virtude da sua própria existência enquanto Estados que dependem da reprodução do capital, se encontram no pólo do capital.

A relação entre Estados nacionais, portanto, não pode ser entendida como uma relação externa, embora se apresente como tal. Se o Estado nacional é um momento da relação global capitalista, então nem a relação global capitalista nem os outros Estados podem ser entendidos como externos a ele. Para entender o desenvolvimento de qualquer Estado nacional, não é questão de escolher entre os determinantes *externos* do desenvolvimento estatal —

favorecidos pela teoria da dependência no caso dos Estados periféricos — e os determinantes *internos* — favorecidos, por exemplo, pela teoria regulacionista (Hirsch, 1992). Tampouco é possível entender o desenvolvimento estatal como resultado de uma combinação de forças motrizes endógenas e exógenas (como o faz Dabat, 1992). A discussão entre dentro/fora, interno/externo, endógeno/exógeno reproduz a autonomia aparente dos Estados nacionais, e reforça dessa forma o enrijecimento destruidor das relações sociais que representam as fronteiras nacionais; no entanto, não é adequada como explicação do desenvolvimento estatal. Todos os Estados nacionais manipulam a distinção entre interno e externo como um elemento crucial da política prática. Por exemplo, todos os Estados que têm relações com o FMI apresentam os resultados dessas relações como algo imposto de fora, enquanto na realidade são parte integrante do conflito político *nacional*, ou, melhor dito, da integração de conflito nacional e global. Isso é verdade tanto no caso das condições *impostas* pelo FMI ao Estado britânico em 1976 — uma vitória importante para a direita da Grã-Bretanha —, como no caso das condições *impostas* pelo FMI ao Estado venezuelano, que formam um elemento importante da estratégia deste último para restaurar a sociedade de tal forma que se estabeleçam condições favoráveis para a acumulação do capital. O capital global não é mais externo a Cochabamba, Zacatlán ou inclusive Sant’Ana do Agreste, que a Nova York, Tóquio ou Londres, embora as formas e conseqüências de sua presença difiram enormemente.

Entender o desenvolvimento do Estado nacional não é questão de analisar os determinantes internos e externos, mas de ver as implicações da existência do Estado nacional como momento da relação global do capital. Obviamente, implica em primeiro lugar que o desenvolvimento de qualquer Estado nacional específico pode ser entendido somente no contexto do desenvolvimento global das relações sociais capitalistas, das quais é parte integrante. O *desenvolvimento global das relações sociais capitalistas* não é nem um processo lógico nem algo externo a nós, mas o resultado histórico do conflito, um conflito que, embora fragmentado, é mundial. A estrutura desse conflito — ou seja, a forma de dependência do capital ao trabalho — cria certos ritmos de desenvolvimento que se expressam mais claramente na tendência do capital em direção à crise (ver Holloway, 1991). No entanto, a relação entre qualquer Estado nacional em particular e o desenvolvimento global é complexa. Por um lado, a unidade de todos os Estados nacionais como

momentos da mesma relação se reflete na presença de padrões comuns de desenvolvimento — como indica o tema da *reforma do Estado*. Por outro lado, a relação diferencial entre os Estados nacionais e o capital global tem como conseqüência que as formas tomadas pelo desenvolvimento dos Estados nacionais podem diferir enormemente. Muitas vezes o que parece à primeira vista ser um desenvolvimento comum — a reforma do Estado, por exemplo —, resulta esconder estratégias diferentes — e competitivas — para alcançar uma redefinição da relação com um capital global que está em processo de reestruturação. Nesse contexto, o estudo das semelhanças e diferenças entre os desenvolvimentos nacionais é importante. Embora os Estados nacionais possam ser entendidos somente como momentos particulares de uma relação global, é igualmente importante salientar que a relação global existe apenas através de seus momentos particulares.

Em tudo isso não pode ter cabimento o funcionalismo. Um dos problemas associados com a análise do *Estado capitalista* como se houvesse somente um Estado é que conduz facilmente ao pressuposto funcionalista de que o Estado, pelo fato de ser Estado capitalista, cumpre necessariamente as funções requeridas pelo capital. Como já assinalamos na apresentação do debate sobre a derivação do Estado, essa é uma conclusão que já não pode ser justificada ao nível do *Estado*, mas a debilidade do argumento funcionalista se manifesta muito mais claramente quando se tem presente que o capital é global e o *Estado* é uma multiplicidade de Estados nacionais. A partir do fato de que a reprodução do capital *requer* certa ação política, não se pode assumir que algum Estado ou alguns Estados vão cumprir o exigido (Piccioto, 1985/1991). Não se pode supor que o capital sempre resolverá suas crises.

A REFORMA DO ESTADO: A POLÍTICA NACIONAL SOBRE A SUPERACUMULAÇÃO GLOBAL

O Estado nacional é fixo, o capital flui globalmente. O capital flui globalmente mas a qualquer momento tem uma localização territorial, seja na conta de alguma instituição financeira ou ligado aos tijolos e cimento de alguma fábrica. Os diferentes Estados competem para atrair e imobilizar o fluxo do capital. A relação dos Estados nacionais com o capital global é mediada através desse processo competitivo de atração e imobilização. A relação pode ser imaginada em termos de uma série de reservas procuran-

do competitivamente atrair e reter a máxima quantidade de água num rio poderoso e em grande medida incontrolável. Como sugere a metáfora do rio, os Estados nacionais não controlam a pressão, a velocidade e o volume da totalidade do fluxo da água. Isso pode ser entendido somente em termos daquilo que produz o movimento da água em primeira instância. Os Estados nacionais, as reservas de nossa metáfora, só podem responder a mudanças na magnitude e no poder do rio.

As importantes mudanças que tem havido nos últimos quinze anos não só na América Latina, mas também em todo o mundo, na organização e conceituação do Estado, são uma resposta à mudança radical no fluxo do rio do capital.

Para entender a mudança do fluxo do capital temos que ir à sua fonte, às relações de produção capitalista. A forma que assume o fluxo do capital depende das condições de produção capitalista. O fluxo do capital é incessante mas não sem diferenciação. O capital flui através de formas funcionais diferentes, existindo ora como dinheiro, ora como capital produtivo incorporado aos meios de produção e na força de trabalho empregada, ora mercadoria. Cada forma tem implicações diferentes em termos da velocidade de sua mobilidade geográfica. O capital na forma de dinheiro pode viajar de Londres a Tóquio em segundos. O capital na forma de capital produtivo incorporado em maquinaria, edifícios, trabalhadores, etc. é muito menos móvel geograficamente. O capital na forma de mercancia está claramente no meio das outras duas formas em termos de mobilidade. Em tudo isso o capital produtivo joga um papel decisivo, uma vez que a produção é a única fonte de mais-valor e, portanto, de reprodução e expansão do capital. No entanto, o capital é cego a tais considerações teóricas: fluirá em qualquer forma que ofereça os maiores ganhos, as melhores possibilidades de expansão. Se a produção não oferece bons ganhos e se os mercados de mercadorias estão saturados, o capital se converterá na forma de dinheiro. O resultado será uma mudança radical na mobilidade do capital. Isso, essencialmente, é o que se passou nos últimos vinte anos, sendo a chave das mudanças na organização dos Estados nacionais.

A destruição causada pela Segunda Guerra Mundial e pela depressão pré-bélica, combinada com a experiência do fascismo em vários países, criou condições favoráveis para a produção capitalista em nível global. Os 25 anos depois da guerra foram, de maneira geral, um período de alto e sustentado crescimento baseado na rentabilidade da produção capitalista. O fluxo de dinheiro foi certamente

importante, mas jogou um papel subordinado ao desenvolvimento da produção. A resultante estabilidade relativa do capital criou as bases para o desenvolvimento de um certo tipo de relação entre o Estado nacional e o capital global, dando credibilidade à imagem de um mundo composto de *economias nacionais*. A estabilidade relativa criou também um ambiente no qual foi possível regular as relações econômicas entre os Estados nacionais mediante acordos internacionais estabelecidos depois da guerra: particularmente importante, nesse aspecto, foi o acordo de Bretton Woods, o qual, mediante a criação de um sistema de taxas de câmbio fixas, regulou em certa medida o movimento do dinheiro entre Estados nacionais, isolando-os dessa forma, até certo ponto, do movimento global do capital (ver Bonefeld, 1990; Holloway, 1992). Esse isolamento relativo, baseado na estabilidade relativa do capital produtivo e reforçado pela regulação internacional e por políticas nacionais para controlar o movimento do capital, estabeleceu as bases para a política orientada em direção ao Estado desse período, seja a política do Estado de bem-estar keynesiano ou a política de substituição de importações. Essa mesma estabilidade relativa também tornou possível a criação de alianças razoavelmente estáveis entre o Estado nacional e grupos capitalistas. Ou seja, o tipo de alianças refletidas conceitualmente nas teorias já mencionadas — complexo militar-industrial, capitalismo monopolista do Estado, etc.; e também entre o Estado e os movimentos operários burocratizados, como se pode ver nos diferentes tipos de desenvolvimento corporativista.⁹ Muitas das concepções teóricas concernentes ao Estado que ainda são comuns — principalmente a já mencionada abstração do *Estado* do mundo já mencionada — resultaram da experiência desse período; período que também viu o auge e a expansão das ciências políticas e das ciências sociais em geral.

O isolamento relativo do Estado nacional acabou quando o longo período do pós-guerra chegou a seu fim. Desde meados dos anos 60 há claros indícios de crescente instabilidade. As condições que haviam tornado rentável a produção ao longo do período do pós-guerra estavam se debilitando: os custos associados à exploração dos trabalhadores — a chamada composição orgânica do capital — se incrementavam, a disciplina estabelecida pelo período do pós-guerra se desintegrava, as burocracias estatais associadas com o padrão prévio de desenvolvimento resultavam custosas para o capital. O investimento na produção chegou a ser uma forma insegura de expandir o capital. Houve, em outras palavras, um excesso de capital, uma superacumulação de capital. Durante os anos da

expansão ocorreu uma acumulação rápida do capital: mais capital foi acumulado do que aquele que agora poderia encontrar uma saída segura em inversão produtiva. Então, ao se dar isso, da mesma forma como as abelhas saem em enxame quando não há mel suficiente na colmeia para sustentar uma população que se expandiu, o capital também voa, uma parte dele levanta vôo à procura de um novo lar.¹⁰ Mais precisamente, o capital assume a forma líquida do dinheiro e flui pelo mundo à procura de uma maneira de obter ganhos. No lugar de se incorporar a cimento e tijolos, maquinarias e operários do investimento produtivo, flui na busca de meios de expansão especulativos e freqüentemente a curto prazo. Muitas das fábricas que agora não são rentáveis fecham e os edifícios e maquinarias são vendidos: o capital liberado permanece na forma de dinheiro, que pode ser transformado em investimento produtivo em qualquer outro lugar, mas é mais provável que permaneça na forma de dinheiro enquanto as condições para o investimento produtivo se encontrem relativamente desfavoráveis. As dificuldades na produção se expressam num incremento tanto da oferta de dinheiro — enquanto o capital previamente produtivo se converte em dinheiro e se oferece como empréstimo — como em sua demanda — enquanto o capital que permanece na produção trata de superar as dificuldades através dos empréstimos, e os Estados procuram conciliar as crescentes tensões sociais através de um incremento de sua dívida.

A crise das relações de produção é expressa na liquefação do capital. Há uma mudança brusca na relação entre o capital produtivo e o capital na forma de dinheiro:¹¹ o dinheiro, em lugar de mostrar-se subordinado à produção, agora aparece como um fim em si mesmo. O fluxo do capital, antes relativamente estável, agora se converte numa torrente que arrasa as instituições e pressupostos do mundo do pós-guerra. Um dos primeiros pilares do mundo do pós-guerra que caíram por terra foi o sistema de Bretton Woods de taxas de câmbio fixas baseadas numa paridade fixa do dólar com o ouro. O rápido crescimento dos dólares mantidos como dinheiro fora dos Estados Unidos durante os anos 60 — e fora dos poderes regulatórios de qualquer Estado nacional —, os chamados eurodólares, levou à deterioração da posição do dólar e ao abandono do sistema de Bretton Woods em 1971, o qual foi eventualmente substituído por um sistema de taxas de câmbio flutuantes. O colapso do sistema de taxas de câmbio fixas trouxe como resultado que os Estados nacionais se vejam agora mui-

to mais subordinados diretamente ao fluxo global do dinheiro: a adoção por um Estado nacional de políticas aparentemente prejudiciais aos interesses do capital conduz agora a reações muito mais rápidas nos mercados de dinheiro e ao debilitamento da moeda nacional (Clarke, 1988; Bonefeld, 1990).

O colapso de Bretton Woods foi só o primeiro passo. O crescimento rápido do dinheiro nos mercados mundiais durante os anos 70 e 80, e o aumento da sua velocidade, o qual é facilitado pelo uso da nova tecnologia, têm drásticas conseqüências para a organização dos Estados nacionais. Os Estados nacionais buscam atrair e reter o capital dentro de seus territórios: o significado disso muda radicalmente com a nova liquidez do capital. A concorrência entre Estados para atrair parte do capital se intensifica, obrigando todos os Estados nacionais a encontrarem novas formas de se tornar atrativos para o capital. O fato de que uma parte maior do capital seja investida a curto prazo significa que os Estados estão sob uma constante pressão para manterem as condições que reterão o capital dentro de seu território. As velhas ideologias desaparecem: o novo domínio do dinheiro encontra expressão nas novas ideologias do neoliberalismo, teoria ofertista, monetarismo, as quais dizem de uma forma ou de outra que o Estado deve retirar-se, e o mercado e o dinheiro devem dominar. As velhas alianças desaparecem: os vínculos estabelecidos entre grupos de capitalistas e o Estado chegam a ser vistos como um obstáculo, uma vez que o capital em sua forma dinheiro não adere a nenhum grupo específico, nem a nenhuma atividade em particular. Os padrões de dominação corporativista também estão sob pressão: o que se precisa para atrair dinheiro global é uma nova organização do trabalho, uma nova *flexibilidade* e uma nova forma de aprender a *submeter-se* (ver Peláez e Holloway, 1990/1991). O dinheiro, no seu desespero por encontrar a forma de expandir-se, abre pela força áreas previamente fechadas ao investimento capitalista privado: em todos os lados, áreas de atividade previamente controladas pelos Estados nacionais estão sendo privatizadas, abertas pela torrente de dinheiro que procura um lar rentável. Inclusive o baluarte mais sólido de todos, a União Soviética, está sendo aberto e rasgado pelo dinheiro.

E depois vem a dívida externa. A transformação do capital na forma de dinheiro significa que grande parte do mesmo que é oferecida como empréstimo se converte em crédito e dívida. Os últimos anos da expansão do pós-guerra foram mantidos pela rápida expansão da dívi-

da. Ao final dos anos 70, uma vez que a crise de rentabilidade havia se tornado evidente nos países mais ricos e que havia sido proclamada a austeridade monetária, o fluxo do dinheiro veio para o Sul, particularmente para a América Latina, oferecendo-se a governos que procuravam formas de conter as pressões sociais, e convertendo-se em dívida. Uma vez que ficou claro — depois da declaração das dificuldades por parte do governo mexicano em 1982 — que a América Latina não era lugar seguro para empréstimos, o dinheiro fluiu rumo ao Norte outra vez, quebrando as tentativas de impor um controle monetário rígido nos Estados Unidos e dando lugar a uma expansão massiva de dívida do consumidor e, especialmente nos Estados Unidos, da dívida governamental dominada pelos gastos militares. Junto com a dívida vem uma nova *política da dívida*, tanto internacional como dentro dos Estados nacionais (ver Holloway, 1990; Cleaver, 1989). O crescimento da dívida significa o crescimento da discriminação. Discriminação entre aqueles julgados dignos de crédito e aqueles que não o são, uma nova divisão que se tornou horrivelmente óbvia tanto entre os Estados nacionais como na sociedade de todo o mundo. Para os devedores, sejam estatais ou privados, a dívida significa uma subordinação mais intensa ao dinheiro.

O Estado nacional já não é o que era antes. Como momento da relação global do capital, já não tem o mesmo significado: houve uma mudança nas formas de dominação capitalistas. Há, como diz Marazzi, “uma mudança do poder estatal em direção ao nível mundial — o nível do terrorismo monetário” (Marazzi, 1976, 107). As decisões políticas tomadas no nível do Estado nacional estão agora mais integradas ao movimento global do capital. Nesse sentido pode-se dizer que o Estado nacional está esvaziado. A democracia — onde existe — também está esvaziada: já que as decisões políticas estão subordinadas mais diretamente ao capital global, chega a ser mais fácil conciliar a forma democrática com os interesses do capital. Esse esvaziamento da democracia (como sugerem Cavarozzi *et alii*, 1992), é a chave para entender por que o desenvolvimento da democracia na América Latina nos últimos anos tem sido acompanhado por um crescimento da pobreza e da desigualdade social — o que não quer dizer que esses fenômenos sejam peculiares à América Latina. No entanto, o esvaziamento da democracia também traz problemas: a subordinação do Estado nacional ao capital torna mais difícil a fragmentação nacional da sociedade, e dá lugar a tensões que se manifestam de forma diferente nas dificuldades atuais do governo venezuelano, na queda de Margaret Thatcher na Grã-Bre-

tanha ou no recente discurso do presidente Salinas do México, destacando a diferença entre seu *liberalismo social/patriótico* e o neoliberalismo que não conhece nenhum sentimento nacional.

Em tudo isso, o capital aparece como todo-poderoso. O dinheiro é a forma mais rude, mais arrogante do capital. Seus êxitos em todo o mundo têm sido muitos e óbvios. Mesmo assim, o domínio do dinheiro é a manifestação da debilidade do capital. As abelhas do enxame também são a forma mais rude, mais arrogante da abelha, no entanto formam um enxame precisamente porque não há suficiente mel para todas. O dinheiro domina porque a produção deixou de ser atrativa para o capital, mas, no final, é da produção e somente da produção que fornece o mel: a produção é a única fonte da auto-expansão do capital. Não é a ruptura dos velhos padrões pelo dinheiro, não é a *reforma do Estado*, que tem a chave para a recuperação da saúde do capital, mas a reorganização da produção, a sujeição reestruturada do poder do trabalho ao capital; e apesar de todas as mudanças na organização da produção, e apesar da política agressiva do capital nos últimos dez ou quinze anos, não está claro que o capital tenha tido êxito em lograr esse fim.

As abelhas que voam em enxame por muito tempo morrem de fome. A debilidade da base do domínio do dinheiro chegou a ser cada vez mais óbvia nos últimos anos, desde o colapso do mercado de valores em 1987: a quebra de tantos bancos e instituições financeiras, em meio a escândalo atrás de escândalo nos centros financeiros, deixou clara essa debilidade. Muitas das abelhas do enxame morreram e continuarão morrendo no *aperto de crédito* que está no centro da recessão atual. No entanto, permanece a dúvida de até que ponto essa destruição do capital superacumulado será suficiente para o retorno a uma produção capitalista saudável ao nível global, e parece cada vez mais improvável que o colapso da União Soviética fornecerá a solução esperada. A profunda recessão experimentada no último par de anos por todas as *economias* aparentemente poderosas torna inconvincente o argumento de que o capitalismo está entrando em uma nova fase de produção rentável — o chamado *pós-fordismo*. O tão discutido fluxo atual do capital para a América Latina é provavelmente mais uma virada no fluxo do capital — afastando-se das condições desfavoráveis atuais em outros países — do que a solução regional para as dificuldades do capital. Parece provável que o mundo continuará sofrendo a violência e a volatilidade da política nacional — e internacional — da superacumulação global.

BIBLIOGRAFIA

- ARCHILA, M. (Org.). *Del Estado instrumento a la forma-Estado*. Bogotá: Cinep, 1980.
- BARKER, C. "A Note on the Theory of Capitalist States", em *Capital & Class*, n. 4, Londres, 1978-1991. Reimpresso em CLARKE, 1991.
- BONEFELD, W. *The State Form and the Development of the Undermonetarism*. Tese de doutorado, Universidade de Edimburgo, 1990.
- , GUNN R. e PSYCHOPEDIS, K. (Orgs.). *Open Marxism*, 2 volumes. Londres: Pluto Press, 1992.
- e HOLLOWAY, J. (Orgs.). *Post-Fordism and Social-Form. A Marxist Debate of the Post-Fordism State*. Londres: Macmillan, 1991.
- BRAUNMÜHL, C. V. "Kapitalakkumulation im Weltmarktzusammenhang. Zum methodischen Ansatz einer Analyse des bürgerlichen Staates", em *Gesellschaft*, n. 1, Frankfurt-am-Main, 1974.
- . "On the Analysis of the Bourgeois Nation-State within the World Market Context", em HOLLOWAY e PICCIOTO, 1978.
- CAVAROZZI, M. et alii. *Rethinking Development Theories in the Latin America. Democratic Governance, the International Economic System and Domestic Social Structures*. Trabalho inédito. México: Flasco, 1992.
- CLARKES, S. "Fractionalism and the Crisis of Accumulation in South Africa", em *Capital and Class*, n. 10, Londres, 1978.
- . "Overaccumulations, Class Struggle and the Regulation Approach", em *Capital and Class*, n. 36, 1978. Reimpresso em BONEFELD e HOLLOWAY, 1991.
- . *Keynesianism, Monetarism and the Crisis of the State*. Londres: Edward Elgar, 1988.
- . (Org.). *The State Debate*. Londres: Macmillan, 1991.
- CLEAVER, H. "Close the IMF, Abolish Debt and the Development: a Class Analysis of the International Debt Crisis", em *Capital and Class*, n. 39, 1989.
- . "Estado e capital", *Criticas de la Economía Política*, n. 12/13, México, 1979.
- . "História y teoría del Estado", *Criticas de la Economía Política*, n. 16/17, México, 1980.
- DEBAT, A. *Capitalismo mundial y capitalismo nacionales*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- EVERS, T. *El Estado en la periferia capitalista*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1979.
- FAUSTO, R. *Marx: lógica e política*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.
- GERSTENBERG, H. *Die Subjektlose gewalt. Theorie der Entstehung bürgerlicher Staatsgewalt*. Münste: Verlag Westfälisches Dampfboot, 1990.
- HIRSCH, J. "The State Apparatus Social Reproduction: Elements of a Theory of the Bourgeois State", em HOLLOWAY e PICCIOTO, 1978 (publicado originalmente em alemão, 1974).
- . *Regulationstheoretische Interpretationen des verhältnisses von Kapital. Staat und Weltmarkt*. Trabalho inédito, 1992.
- HOLLOWAY, J. "El Estado y la lucha cotidiana", em *Cuadernos Políticos*. México, 1980.
- . "Crisis, fetichismo y descomposición de clase", em *Relaciones*, n. 3. México, 1990.
- . "The Politics of Debt", em *Common Sense*, n. 9, Edinburgo, 1990.
- . "The Capital is Class Struggle (and Bears are not Euddly)", em BENEFIELD e HOLLOWAY, 1991.
- . "El auge y la caída del keynesianismo", em *Relaciones*, n. 6. México, 1992.
- . e PICCIOTO, S. "Capital, crisis y Estado", em Moncayo, 1980; reimpresso em *Estudios Políticos*, n. 2/3. México, 1985 (originalmente publicado em inglês, 1977).
- . *State and Capital. A Marxist Debate*. Londres: Edward Arnold, 1978.
- JESSOP, B. "Polar Hears and Class Struggle: much Less than a Self-Criticism", em BENEFIELD e HOLLOWAY, 1991.
- MARAZZI, C. "Money in the World Crisis: the New Basis of Capitalist Power", em *Zerword*, 1977.
- MURRAY, R. "The Internalisation of Capital and the Nation State", em *New Left Review*, n. 67. Londres, 1971.
- PASHUKANIS, E. "The General Theory of Law and Marxism", em Babb e Hazard (Orgs.), *Soviet Legal Philosophy*. Cambridge, 1923/1951.
- PELÁEZ, E. e HOLLOWAY, J. "Learning to Bow? Post-Fordism and Technological Determinism", em *Science as Culture*, n. 8, Londres, 1990, reimpresso em BENEFIELD e HOLLOWAY, 1991.
- PÉREZ SÁINZ, J. P. *Mercancia, capital e Estado*. Tese de doutorado. Universidade Livre de Bruxelas, 1981.
- PICCIOTO, S. *The Internalisation of Capital and the International State System*. CSE, Conference Papers, 1985. Reimpresso em CLARKE, 1991.
- SÁNCHEZ SUSARREY, J. *La forma Estado, la forma mercancia*. México: Universidade de Guadalajara, 1986.
- VINCENT, J. M. *L'État contemporain et le marxisme*. Paris: Máspero, 1975.

- ¹ Sobre o debate em torno da derivação do Estado e sua expansão ver Holloway e Piccioto, 1978; Clarke, 1991; Vincent, 1975; Pérez Sáinz, 1981; Sanchez Susarrey, 1986; Archila, 1980; Rojas e Moncayo, 1980; Fausto, 1987.
- ² O debate sobre a derivação do Estado ressuscitou a pergunta que Pashukanis tinha feito em 1923: “Por que a dominação de uma classe não continua sendo o que é, ou seja, a subordinação de fato de uma parte da população a outra? Por que toma a forma de dominação estatal oficial? Ou, o que é a mesma coisa, por que o mecanismo de coerção estatal não está criado como o mecanismo privado da classe dominante? Por que está dissociado da classe dominante, tomando a forma de mecanismo impessoal de autoridade pública isolado da sociedade?” (Pashukanis, 1923/1951, 185). Essas perguntas custaram a vida de Pashukanis, uma vez que por trás desses questionamentos está implícita a idéia de que o Estado é uma forma de relações sociais especificamente capitalistas, o que era incompatível com o intento que tinha Stálin de construir um socialismo (estatal) num país.
- ³ Não se pode assumir, como o faz Jessop (1991) e como o parece fazer Hirsh, pelo menos nas suas obras mais recentes, que a particularização do Estado é um processo acabado nas origens do capitalismo. Para uma crítica a Jessop ver Holloway (1991).
- ⁴ Houve uma tendência por parte da análise marxista do Estado capitalista de focar o Estado individual. Essa é talvez uma tendência mais destacada nas obras marxistas que nas não-marxistas, já que a ênfase marxista na natureza classista do Estado torna necessário discutir o Estado em relação à estrutura da sociedade, chegando a ser conveniente assumir uma correlação entre a sociedade e as classes nela existentes e o Estado na sociedade.
- ⁵ Nesse sentido Colin Barker (1978/1991, 208) tem razão ao criticar um artigo de Sol Piccioto e de minha autoria (Holloway e Piccioto, 1977/1980/1985), ao afirmar “todo seu artigo trata de uma abstração chamada *o Estado*, cuja conexão com os Estados reais do sistema capitalista não está desenvolvida adequadamente”.
- ⁶ Para uma crítica importante do fracionalismo, ver Clarke, 1978.
- ⁷ Embora a crítica de Barker às limitações do debate sobre a derivação do Estado seja basicamente correta, as conclusões a que chega sobre a necessidade de analisar os Estados nacionais em termos de uma competição entre unidades Estado-capitalista é totalmente falsa.
- ⁸ Até que ponto os Estados particulares podem romper com essas restrições em situações revolucionárias, requer uma discussão separada, que não se pretende realizar neste trabalho.
- ⁹ Muitas dessas conexões têm sido analisadas pela concepção regulacionista do fordismo, mas, já que a teoria regulacionista toma como marco de referência o Estado nacional e não o capital global (ver Clarke, 1987/1991; Hirsch, 1992), não logrou relacionar essas questões com a mobilidade do capital. A orientação da teoria regulacionista em direção ao Estado nacional reflete o fato de que os Estados nacionais jogaram provavelmente um papel mais central na contenção global do trabalho durante o pós-guerra que em qualquer outra época. No entanto, já que o Estado nacional toma como referência a teoria regulacionista, esses vínculos não podem ser teorizados.
- ¹⁰ As metáforas se mesclam exageradamente nesta seção. Mas rios e abelhas já são suficientes.
- ¹¹ Para uma análise muito mais detalhada dos processos descritos nestes parágrafos, ver Bonefeld, 1990, com o qual este artigo tem uma dívida considerável.

